



**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA  
INSTALAÇÕES DE ILUMINAÇÃO CONTRATO Nº 001/DRSP/2025**

<b>DADOS DA DISTRIBUIDORA</b>
RAZÃO SOCIAL: RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA SA
CNPJ/MF: 02.016.440/0001-62
ENDEREÇO: AV SÃO BORJA, 2801, FAZENDA SÃO BORJA, SÃO LEOPOLDO, RS

<b>DADOS DO CONSUMIDOR - INSTALAÇÕES: 3085086408</b>
RAZÃO SOCIAL: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DO CADEADO
CNPJ/MF: 04.216.132/0001-06
ATIVIDADE EXERCIDA NO LOCAL: ILUMINAÇÃO PÚBLICA
ENDEREÇO SEDE: R CINCO IRMAOS, 1130 CENTRO
ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA: R ILUMINACAO PUBLICA 1000
ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA: XX

<b>INFORMAÇÕES EXIGIDAS PELA LEI Nº 14.133/2021</b>
ATO AUTORIZATIVO DA CONTRATAÇÃO: 398/2025
NÚMERO DO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: 142/2025
CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA DO CRÉDITO PREVISTO PARA AS DESPESAS: 2.090.1500.1157/2025
FORO DA SEDE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: CRUZ ALTA - RS

**CONSIDERANDO QUE:**

- I. Conforme a Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final; e Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que desenvolve atividade de comercialização de produtos ou serviços;
- II. A Distribuidora é empresa concessionária de serviços públicos de distribuição de energia elétrica;
- III. O Consumidor é responsável pela unidade consumidora do Grupo de baixa tensão e sujeito à Lei de Licitações e contratos Administrativos nº 14.133/2021;

As PARTES, denominadas simplesmente Distribuidora e Consumidor, legalmente representadas e identificadas ao final, resolvem celebrar o presente Contrato de Fornecimento de Energia Elétrica para o Sistema de Iluminação Pública ("CONTRATO"), sob a égide das Leis Federal nº 14.133/2021 e da Resolução Normativa ANEEL nº. 1.000, de 7 de dezembro de 2021 ("REN. 1.000/21"), em conformidade com as cláusulas e condições abaixo, que rubricado pelos contratantes, é parte integrante deste instrumento:

## **DEFINIÇÕES:**

Para os termos deste CONTRATO, as PARTES estabelecem as seguintes definições:

**CARGA INSTALADA:** soma das potências nominais dos equipamentos elétricos instalados na unidade consumidora, em condições de entrar em funcionamento, expressa em quilowatts (kW);

**CONSUMIDOR:** pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, legalmente representada, que solicite o fornecimento de energia ou o uso do sistema elétrico à distribuidora, assumindo as obrigações decorrentes deste atendimento à(s) sua(s) unidade(s) consumidora(s);

**DISTRIBUIDORA:** agente titular de concessão ou permissão federal para prestar o serviço público de distribuição de energia elétrica;

**ENERGIA ELÉTRICA ATIVA:** aquela que pode ser convertida em outra forma de energia, expressa em quilowatts-hora (kWh);

**ENERGIA ELÉTRICA REATIVA:** aquela que circula entre os diversos campos elétricos e magnéticos de um sistema de corrente alternada, sem produzir trabalho, expressa em quilovolt-ampère-reactivo-hora (kvarh);

**GRUPO B:** grupamento composto de unidades consumidoras com fornecimento em tensão inferior a 2,3 quilovolts (kV);

**INDICADOR DE CONTINUIDADE:** valor que expressa a duração, em horas, e o número de interrupções ocorridas na unidade consumidora em um determinado período de tempo;

**INTERRUPÇÃO DO FORNECIMENTO:** desligamento temporário da energia elétrica para conservação e manutenção da rede elétrica e em situações de casos fortuitos ou de força maior;

**PADRÃO DE TENSÃO:** níveis máximos e mínimos de tensão, expressos em volts (V), em que a distribuidora deve entregar a energia elétrica na unidade consumidora, de acordo com os valores estabelecidos pela ANEEL;

**PONTO DE ENTREGA:** conexão do sistema elétrico da distribuidora com a unidade consumidora e situa-se no limite da via pública com a propriedade onde esteja localizada a unidade consumidora;

**POTÊNCIA DISPONIBILIZADA:** potência em quilovolt-ampère (kVA) de que o sistema elétrico da distribuidora deve dispor para atender aos equipamentos elétricos da unidade consumidora;

**SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO:** desligamento de energia elétrica da unidade consumidora, sempre que o consumidor não cumprir com as suas obrigações definidas no presente instrumento;

**TARIFA:** valor monetário estabelecido pela ANEEL, fixado em Reais por unidade de energia elétrica ativa ou da demanda de potência ativa; e

**UNIDADE CONSUMIDORA:** conjunto composto por instalações, equipamentos elétricos, condutores e acessórios, incluída a subestação, quando do fornecimento em tensão primária, caracterizado pelo recebimento de energia elétrica em apenas um ponto de entrega, com medição individualizada, correspondente a um único consumidor e localizado em uma mesma propriedade ou em propriedades contíguas;

## **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

**1.1.** Este contrato tem por objeto a prestação pela DISTRIBUIDORA do serviço público de distribuição de energia elétrica ao CONSUMIDOR.

**1.2.** Este instrumento contém as principais condições da prestação e utilização do serviço público de energia elétrica entre a distribuidora e o consumidor, de acordo com as Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica e demais regulamentos expedidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

**1.3.** O consumidor é sujeito à Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133/2021, e de acordo com o inciso I do artigo 74 da referida Lei foi constatada a inexigibilidade de licitação.

## **CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA**

**2.1.** O presente contrato vigorará por prazo indeterminado, observadas, caso aplicável, as disposições da Lei nº 14.133, de 2021.

## **CLÁUSULA TERCEIRA: DA TARIFA**

**3.1.** A DISTRIBUIDORA deve cobrar as tarifas homologadas pela ANEEL pela prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica.

**3.2.** A DISTRIBUIDORA deve aplicar os descontos na tarifa estabelecidos na legislação, bem como, se quiser, conceder descontos de forma voluntária.

**3.2.1.** A DISTRIBUIDORA deve informar ao CONSUMIDOR sobre o direito de receber a tarifa social de energia elétrica.

**3.3.** A DISTRIBUIDORA deve aplicar o adicional de bandeira tarifária, de acordo com a regulação.

**3.4.** Os valores das tarifas serão reajustados e/ou revisados anualmente.

**3.4.1.** A DISTRIBUIDORA deve informar ao CONSUMIDOR o percentual de alteração da tarifa de energia elétrica e a data de início de sua vigência.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR**

**4.1.** São os principais direitos do CONSUMIDOR:

**4.1.1.** ser orientado sobre a segurança e eficiência na utilização da energia elétrica;

**4.1.2.** receber um serviço adequado, que satisfaça as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas;

**4.1.3.** receber compensação monetária se houver descumprimento da DISTRIBUIDORA, dos padrões de qualidade estabelecidos pela ANEEL;

**4.1.4.** ter gratuidade para o aumento de carga, desde que a carga instalada não ultrapasse 50 kW;

**4.1.4.1.** a gratuidade não se aplica para iluminação pública, obras com acréscimo de fases de rede em tensão até 2,3 kV e atendimento por sistemas isolados, que devem observar a regulação da ANEEL;

**4.1.5.** alterar a modalidade tarifária, desde que previsto na regulação da ANEEL, no prazo de até 30 (trinta) dias;

**4.1.6.** solicitar a inspeção do sistema de medição de faturamento, para verificação do correto funcionamento dos equipamentos;

**4.1.7.** responder apenas por débitos relativos à unidade consumidora de sua titularidade ou vinculados à sua pessoa, não sendo obrigado a assinar termo relacionado à débitos de terceiros;

**4.1.8.** não ser cobrado pelo consumo de energia elétrica reativa excedente;

**4.1.9.** ter a devolução em dobro dos pagamentos de valores cobrados indevidamente, acrescidos de atualização monetária e juros, salvo hipótese de erro atribuível ao CONSUMIDOR e fato de terceiro;

**4.1.10.** escolher a data para o vencimento da fatura, dentre as seis datas, no mínimo, disponibilizadas pela DISTRIBUIDORA, exceto na modalidade de pré-pagamento;

**4.1.11.** receber, até o mês de maio do ano corrente, declaração de quitação anual de débitos do ano anterior.

**4.2.** São direitos do CONSUMIDOR na modalidade tarifária convencional e branca:

**4.2.1.** receber a fatura com periodicidade mensal, considerando as leituras do sistema de medição ou, caso aplicável, o valor por estimativa;

**4.2.1.1.** A fatura deve ser entregue, conforme opção do CONSUMIDOR, em versão impressa ou eletrônica, com antecedência do vencimento de pelo menos:

- a) 10 (dez) dias úteis, para classe poder público, Iluminação Pública e Serviço Público;
- b) 5 (cinco) dias úteis, para demais classes.

**4.2.2.** receber gratuitamente o código de pagamento ou outro meio que viabilize o pagamento da fatura, de forma alternativa à emissão da segunda via; e

**4.2.3.** ser informado, na fatura, sobre a existência de faturas não pagas;

**4.3.** São direitos do CONSUMIDOR na modalidade tarifária de pré-pagamento:

**4.3.1.** ser informado dos locais para aquisição de créditos e horários de funcionamento;

**4.3.2.** receber comprovante no ato da compra de créditos;

**4.3.3.** ter a sua disposição as informações necessárias à realização da recarga de créditos no caso de perda ou extravio de comprovante de compra não utilizado;

**4.3.4.** ser informado sobre a quantidade de créditos disponíveis e avisado da proximidade dos créditos acabarem;

**4.3.5.** poder solicitar crédito de emergência, em qualquer dia da semana e horário;

**4.3.6.** receber, sempre que solicitado, demonstrativo de faturamento com informações consolidadas do valor total comprado, quantidade de créditos, datas e os valores das compras realizadas no mês de referência;

**4.3.7.** ter os créditos transferidos para outra unidade consumidora de sua titularidade ou a devolução desses créditos por meio de crédito em conta corrente ou ordem de pagamento nos casos de encerramento contratual.

**4.4.** O CONSUMIDOR na modalidade de PRÉ-PAGAMENTO e de PÓS-PAGAMENTO ELETRÔNICO deve:

**4.4.1.** ser orientado sobre a correta operação do sistema e da modalidade;

**4.4.2.** ter o medidor e demais equipamentos verificados e regularizados sem custos em casos de defeitos no prazo de até:

- a) 6 (seis) horas, no meio urbano;
- b) 24 (vinte e quatro) horas, no meio rural; e
- c) 72 (setenta e duas) horas, no atendimento por sistema isolado SIGFI ou MIGDI.

## **CLÁUSULA QUINTA: DOS DEVERES DO CONSUMIDOR**

**5.1.** São os principais deveres do CONSUMIDOR:

**5.1.1.** manter os dados cadastrais e de atividade exercida atualizados junto à

DISTRIBUIDORA e solicitar as alterações quando necessário, em especial os dados de contato como telefone e endereço eletrônico;

**5.1.2.** informar à DISTRIBUIDORA sobre a existência de pessoa residente que use equipamentos elétricos indispensáveis à vida;

**5.1.3.** manter a adequação técnica e a segurança das instalações elétricas da unidade consumidora, de acordo com as normas oficiais brasileiras;

**5.1.4.** consultar a DISTRIBUIDORA quando o aumento de carga instalada da unidade consumidora exigir a elevação da potência disponibilizada;

**5.1.5.** responder pela guarda e integridade dos equipamentos de medição quando instalados no interior de seu imóvel;

**5.1.6.** manter livre à DISTRIBUIDORA, para fins de inspeção e leitura, o acesso às instalações da unidade consumidora relacionadas com a medição e proteção;

**5.2.** São deveres do CONSUMIDOR nas modalidades tarifárias convencional, branca e pós-pagamento eletrônico:

**5.2.1.** pagar a fatura de energia elétrica ou o consumo até a data do vencimento, sujeitando-se, em caso de atraso, à atualização monetária pelo IPCA, juros de mora de 1% ao mês calculados pro rata die e multa de até 2%.

## **CLÁUSULA SEXTA: DA INTERRUÇÃO DO SERVIÇO**

**6.1.** A DISTRIBUIDORA pode suspender o fornecimento de energia elétrica, sem aviso prévio ao CONSUMIDOR, quando for constatado:

**6.1.1.** deficiência técnica ou de segurança em instalações da unidade consumidora, que causem risco iminente de danos a pessoas, bens ou ao sistema elétrico;

**6.1.2.** fornecimento de energia elétrica a terceiros.

**6.2.** A DISTRIBUIDORA pode suspender o fornecimento de energia elétrica, com aviso prévio ao CONSUMIDOR, quando for constatado:

**6.2.1.** falta de pagamento da fatura ou do consumo de energia elétrica;

**6.2.2.** impedimento do acesso à DISTRIBUIDORA para leitura, substituição de medidor e inspeções necessárias;

**6.2.3.** razões de ordem técnica.

**6.3.** A notificação da suspensão deve ser escrita, específica e com entrega comprovada ou, alternativamente, impressa em destaque na fatura, com antecedência mínima de:

a) 3 (três) dias úteis, por razões de ordem técnica ou de segurança; ou

b) 15 (quinze) dias, nos casos de inadimplemento.

**6.4.** A execução da suspensão do fornecimento somente poderá ser realizada no horário das 8h às 18h, em dias úteis, sendo vedada às sextas-feiras e nas vésperas de feriado.

**6.5.** A DISTRIBUIDORA não pode suspender o fornecimento após o decurso do prazo de 90 (noventa) dias, contado da data da fatura vencida e não paga, exceto se comprovar que não suspendeu por determinação judicial ou outro motivo justificável.

**6.6.** O CONSUMIDOR deve ter a energia elétrica religada, a partir da constatação da DISTRIBUIDORA ou da solicitação do CONSUMIDOR, nos seguintes prazos:

- a) até 4 (quatro) horas, em caso de suspensão indevida, sem custo;
- b) até 24 (vinte e quatro) horas, para a área urbana;
- c) até 48 (quarenta e oito) horas, para a área rural;

**6.6.1.** No caso do atendimento ser por meio de sistema individual de geração de energia elétrica com fonte intermitente - SIGFI ou de microsistema isolado de geração e distribuição de energia elétrica - MIGDI, os prazos de religação são:

- a) 72 (setenta e duas) horas, em caso de suspensão indevida, sem custo;
- b) 120 (cento e vinte) horas, nas demais situações;

**6.7.** Em caso de suspensão indevida do fornecimento de energia elétrica, o CONSUMIDOR deve receber a compensação estabelecida pela ANEEL.

**6.8.** A DISTRIBUIDORA deve informar os desligamentos programados com antecedência de pelo menos:

- a) 5 (cinco) dias úteis, por documento escrito e individual, no caso de unidades consumidoras que prestem serviço essencial ou de pessoa cadastrada usuária de equipamentos de autonomia limitada, vitais à preservação da vida humana e dependentes de energia elétrica;
- b) 72h, por meio da página da distribuidora na internet e por outros meios que permitam a adequada divulgação, nas demais situações.

## **CLÁUSULA SÉTIMA: DE OUTROS SERVIÇOS**

**7.1.** A DISTRIBUIDORA pode executar serviços vinculados à prestação do serviço público, desde que o CONSUMIDOR, por sua livre escolha, opte por contratar.

**7.2.** A DISTRIBUIDORA pode incluir na fatura ou, quando for o caso, no pagamento do consumo ou da compra de créditos, contribuições de caráter social, desde que autorizadas antecipadamente pelo CONSUMIDOR.

**7.3.** O CONSUMIDOR pode cancelar, a qualquer tempo, a cobrança na fatura de contribuições e doações ou outros serviços por ele autorizados.

## **CLÁUSULA OITAVA: DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO**

**8.1.** O CONSUMIDOR pode requerer informações, solicitar serviços e encaminhar reclamações, elogios, sugestões e denúncias nos canais de atendimento disponibilizados pela DISTRIBUIDORA.

**8.2.** A DISTRIBUIDORA deve disponibilizar ao CONSUMIDOR, no mínimo, os seguintes canais de atendimento, para que o CONSUMIDOR seja atendido sem ter que se deslocar do Município onde se encontra a sua unidade consumidora:

**8.2.1.** presencial, com tempo máximo de espera na fila de 30 minutos, no endereço: (colocar endereço do posto mais próximo da UC ou página na internet em que os endereços estão disponíveis);

**8.2.2.** telefônico: gratuito, inclusive para ligação de celular, disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, nos seguintes números:

a) Telefone para urgência/emergência: 0800 970 0900

b) Telefone para demais atendimentos: consulte o consultor de negócios da sua região.

**8.2.3.** atendimento por Agência Virtual na internet, na página: [www.cpfl.com.br](http://www.cpfl.com.br)

**8.2.4.** plataforma "Consumidor.gov.br"

**8.2.5.** Ouvidoria, quando exigido pela ANEEL: 0800 541 3336

**8.3.** O CONSUMIDOR deve receber um número de protocolo no início do atendimento, que deve ser disponibilizado por meio eletrônico em até 1 (um) dia útil.

**8.4.** O CONSUMIDOR deve ser informado de forma objetiva sobre as providências adotadas quanto às suas solicitações e reclamações, de acordo com as condições e prazos de execução de cada situação, sempre que estabelecidos em normas e regulamentos.

**8.4.1.** Em caso de indeferimento da reclamação, a DISTRIBUIDORA deve informar ao consumidor as razões detalhadas e os dispositivos legais e normativos que fundamentaram sua decisão.

**8.5.** A DISTRIBUIDORA deve solucionar as reclamações do CONSUMIDOR em até 5 (cinco) dias úteis do protocolo, ressalvados os prazos de solução especiais estabelecidos na regulação da ANEEL.

**8.5.1.** Caso seja necessária a realização de visita técnica à unidade consumidora, o prazo para solução da reclamação é de até 10 dias úteis;

**8.5.2.** Caso o problema não seja solucionado, o CONSUMIDOR deve entrar em contato com a ouvidoria da DISTRIBUIDORA, se existente;

**8.5.3.** A Ouvidoria da DISTRIBUIDORA deve comunicar as providências adotadas ao CONSUMIDOR, em até 10 dias úteis;

**8.5.4.** Se ainda assim o problema não tiver sido resolvido, ou não existir Ouvidoria, o CONSUMIDOR pode registrar sua reclamação:



a) na Agência Estadual Conveniada: (colocar nome e telefone se existente) ou, na inexistência desta,

b) na ANEEL, pelo aplicativo, telefone 167 ou na página <https://www.aneel.gov.br>

**8.6.** As reclamações do CONSUMIDOR sobre danos em equipamentos devem ser realizadas diretamente à DISTRIBUIDORA, em até 5 anos da ocorrência.

**8.6.1.** O ressarcimento dos danos, quando deferido, deve ser realizado por meio de pagamento em moeda corrente no prazo máximo estabelecido na regulação, ou deve ser realizado o conserto ou a substituição do equipamento danificado;

## **CLÁUSULA NONA: DO ENCERRAMENTO CONTRATUAL**

**9.1.** O encerramento contratual ocorre nas seguintes situações:

**9.1.1.** solicitação do CONSUMIDOR, a qualquer tempo;

**9.1.2.** pedido de conexão ou de alteração de titularidade formulado por novo CONSUMIDOR para a mesma unidade consumidora;

**9.1.3.** término da vigência do contrato;

**9.1.4.** a critério da DISTRIBUIDORA, no decurso do prazo de 2 ciclos completos de faturamento após a suspensão regular e ininterrupta do fornecimento.

## **CLÁUSULA DÉCIMA: DISPOSIÇÕES GERAIS**

**10.1.** Além do disposto no presente Contrato aplicam-se às partes as normas da ANEEL, em especial a Resolução Normativa ANEEL nº 1.000/2021, que estabelece as Regras de Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica e futuras alterações, a Lei nº 8.987/1995, o Código de Defesa do Consumidor, a Lei nº 13.460/2017 e, subsidiariamente, o Código Civil Brasileiro.

**10.2.** Este contrato poderá ser modificado por determinação da ANEEL ou, ainda, diante de alterações de leis, decretos ou atos normativos que regulamentam o serviço de distribuição de energia elétrica e que tenham reflexo na sua prestação.

**10.3.** A falta ou atraso, por qualquer das Partes, no exercício de qualquer direito não implicará renúncia ou novação, nem afetará o subsequente exercício de tal direito.

**10.4.** Este contrato atualizado estará disponível no endereço eletrônico da ANEEL: [www.aneel.gov.br](http://www.aneel.gov.br) e da DISTRIBUIDORA: [www.cpfl.com.br](http://www.cpfl.com.br)

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO FORO E ASSINATURA**

**11.1.** Fica eleito o Foro da Comarca onde estiver situada a unidade consumidora ou o domicílio do CONSUMIDOR para dirimir quaisquer questões oriundas deste Contrato, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**11.2.** O presente CONTRATO, bem como os demais documentos que dele façam parte, serão



assinados eletronicamente, nos termos do artigo 10º da Medida Provisória 2.200-2 de 24 de agosto de 2001 e demais legislações que tratam sobre o assunto.

**11.2.2.** Considerar-se-á como a data de assinatura a data em que a última parte assinar eletronicamente o CONTRATO.

**DISTRIBUIDORA:**

---

NOME: CRISTIANO MACHADO PIRES  
CPF: 909.551.100-69  
CARGO: GERENTE REL. PODER PÚBLICO

---

NOME: DAISY FAGUNDES DE CARVALHO  
CPF: 632.308.010-91  
CARGO: ANALISTA ADM COMERCIAL

**CONSUMIDOR:**

---

NOME: JOÃO PAULO BELTRÃO DOS  
SANTOS  
CPF: 331.481.040-72  
CARGO: PREFEITO MUNICIPAL

---

NOME: XX  
CPF: XX  
CARGO: XX

**TESTEMUNHAS:**

---

NOME: FILIPE DA SILVA BARASUOL  
CPF: 034.349.210-52

---

NOME: MÁRCIA HOFFMANN  
CPF: 005.557.840-37